

Organizadores
LEONARDO GARCIA
ROBERVAL ROCHA

COLEÇÃO
DESVENDANDO 
Bancas&Carreiras

Coordenador
José Roberto Mello Porto

MAGISTRATURA ESTADUAL

CESPE | Cebraspe

2^a | revista,
edição | atualizada
e ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1

DIREITO CIVIL

1. DAS PESSOAS

1.1. Das Pessoas Naturais

.....

- 1. (Cespe/TJ/DFT/Juiz/2014)** Assinale a opção correta à luz do entendimento jurisprudencial predominante no STJ.
- a) Admite-se a alteração do regime de bens dos casamentos celebrados após a vigência do Código Civil de 2002, independentemente de qualquer ressalva em relação a direitos de terceiros, inclusive dos entes públicos, em respeito ao princípio da autonomia dos consortes.
 - b) A paternidade socioafetiva decorrente de adoção à brasileira impede a anulação do registro de nascimento para o reconhecimento da paternidade biológica, ainda quando requerida pelo filho adotado nessas circunstâncias.
 - c) Permite-se a averbação, no termo de nascimento do filho, da alteração do patronímico materno em decorrência do casamento, mas não a averbação do nome de solteira da genitora, caso esta, em decorrência de divórcio ou separação judicial, deixe de utilizar o nome de casada.
 - d) A prática conhecida como adoção à brasileira, assim como a adoção legal, rompe definitivamente os vínculos civis entre o filho e os pais biológicos, desfazendo, por consequência, todos os consectários legais da paternidade biológica, como os registrais, os patrimoniais e os hereditários.
 - e) O direito de reconhecimento da origem genética insere-se nos atributos da própria personalidade, de modo que, entre o vínculo socioafetivo decorrente da adoção à brasileira e os vínculos biológicos decorrentes do nascimento, devem prevalecer os vínculos biológicos, sempre que o filho assim desejar.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Errada. A possibilidade de modificação do regime de bens foi criada pelo Código Civil de 2002 em seu art. 1.639, § 2º, segundo o qual: “É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros”. A regra foi praticamente repetida pelo caput do art. 734 do Novo Código de Processo Civil: “A alteração do regime de bens do casamento, observados os requisitos legais, poderá ser requerida, motivadamente, em petição assinada por ambos os cônjuges, na qual serão expostas as razões que justificam a alteração, ressalvados os direitos de terceiros”. Ao contrário do que o enunciado afirma, são ressalvados os direitos de terceiros.

(b) Errada. Segundo o entendimento do STJ, aquele que reconheceu filho alheio como próprio, ciente desse fato, prática conhecida como adoção à brasileira, não pode pleitear a anulação do registro de nascimento, pois não há erro. Porém, o filho que foi reconhecido pode demandar a anulação de tal registro de nascimento.

(c) Errada. A 3ª Turma do STJ manteve a decisão que autorizou uma mãe a alterar o seu sobrenome no registro dos filhos. Ela voltou a usar o nome de solteira após o divórcio. O Ministério Público do Distrito Federal alegou que, no registro de nascimento, os dados consignados deveriam atender à realidade da ocasião do parto. Ressaltou que a retificação só poderia ocorrer na hipótese de erro ou omissão. Além disso, alegou que a Lei 8.560/92 não teria aplicação porque trata de investigação de paternidade de filhos fora do casamento. Porém, em seu voto, o relator, ministro do STJ Sidnei Beneti, destacou ser perfeita a analogia com a Lei 8.560/92, que assegura o direito de alterar o sobrenome materno no registro de nascimento do filho em razão de casamento. Para o relator, se o registro civil pode ser modificado posteriormente ao nascimento para constar o nome de seu genitor ou genitora adotado com o casamento, é razoável admitir o mesmo direito para a situação oposta e correlata no registro civil do nome do genitor decorrente da separação. Ele considerou justo o motivo da retificação em razão da inexistência de eventuais prejuízos a terceiros, de violação da ordem pública e de ferimento aos bons costumes.

(d) Errada. De acordo com o STJ, a filiação socioafetiva, desenvolvida com os pais que constam no registro civil, não afasta os direitos de filho resultantes da filiação biológica. O filho pode inclusive postular a anulação da paternidade socioafetiva e obter o reconhecimento da paternidade biológica e até mesmo ver deferida a multiparentalidade, fazendo constar como genitores o pai socioafetivo e o biológico.

(e) Certa. O STJ vem entendendo que deve prevalecer a paternidade socioafetiva sobre a biológica para garantir os direitos dos filhos, na esteira do princípio do melhor interesse da prole, sem que, necessariamente, essa afirmação seja verdadeira quando é o filho que busca a paternidade biológica em detrimento da socioafetiva. Por isso, o filho pode optar pela paternidade biológica, mesmo que em prejuízo da paternidade socioafetiva.

Para responder, tem que estudar: lei e jurisprudência.

Gabarito: E

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1. (Cespe/TJ/AC/Juiz/2012)** No que tange aos princípios gerais orientadores do ECA, assinale a opção correta.
- a) O princípio da prioridade absoluta não pode ser interpretado de forma isolada, devendo ser interpretado de forma integrada aos demais sistemas de defesa da sociedade. Dessa forma, a decisão do administrador público entre a construção de uma creche e a de um abrigo para idosos, ambos necessários, deverá recair sobre a segunda, dada a prevalência da lei mais recente, no caso, o Estatuto do Idoso.
 - b) Buscando efetivar o princípio da prioridade absoluta, o legislador incluiu no ECA um rol taxativo de preceitos a serem seguidos.
 - c) O princípio do melhor interesse tem aplicação limitada ao público infanto-juvenil cujos direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
 - d) De acordo com o princípio da centralização, inovação promovida pelo ECA, a União tem competência para criar normas gerais e específicas de atendimento a crianças e adolescentes para sanar omissão dos governos estaduais e municipais.
 - e) Com importância reconhecida desde o século XIX, o princípio do melhor interesse foi adotado pela comunidade internacional, em 1959, na Declaração dos Direitos da Criança e, por esse motivo, malgrado a diferença de enfoque, foi incluído no Código de Menores de 1979, ainda que sob a égide da doutrina da situação irregular.

4.2. Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço

27. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – CE/2018) Considerando-se a doutrina consumerista dominante acerca da segurança e da periculosidade de produtos e serviços, assinale a opção correta.

- Os requisitos de normalidade e previsibilidade devem estar presentes para o reconhecimento da periculosidade inerente ou latente de produtos ou serviços.
- Periculosidade adquirida é aquela que não deriva de defeito e que tem como característica principal a previsibilidade.
- A informação adequada serve para mitigar os riscos dos produtos dotados de periculosidade exagerada, permitindo, assim, que eles sejam colocados no mercado.
- O chamado vício de qualidade por insegurança não se confunde com defeito do produto ou do serviço.
- Um produto não será considerado perigoso se estiver em conformidade com a regulamentação em vigor.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A alternativa está correta. Alguns bens de consumo trazem um risco intrínseco, porém, este risco é normal e previsível para o consumidor, não surpreendendo o consumidor, tal como o exemplo da faca. Tais produtos não podem ser considerados defeituosos. (SCHWARTZ, Fabio. Manual de Direito do Consumidor: Tópicos & Controvérsias. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018, p. 113)

(b) Alternativa incorreta. Na periculosidade adquirida os produtos tornam-se perigosos em decorrência de um “defeito” que se manifesta em momento posterior à sua colocação no mercado de consumo. O risco é imprevisível, logo é impossível qualquer advertência prévia por parte do fornecedor. (idem, Ibidem)

(c) Incorreta. Produto carregado de periculosidade exagerada é considerado defeituoso por ficção, não podendo sequer ser comercializado, já que os riscos não compensam os benefícios. (Idem, Ibidem)

(d) Incorreta. Vício de qualidade por insegurança conceitua-se como sendo a desconformidade do produto ou serviço com as expectativas legítimas do consumidor, com capacidade de provocar acidentes de consumo, sendo apontado pela doutrina como sinônimo de “defeito”. (SCHWARTZ, Fabio, op. cit., p. 162/63)

(e) Incorreta. Não será considerado defeituoso se não acarretar risco à saúde ou segurança dos consumidores, salvo os considerados normais e previsíveis, nos termos do art. 8º do CDC.

Para responder, tem que estudar: lei e teoria/doutrina.

Gabarito: A ■

(c) CPC/15. Art. 300, § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

(d) CPC/15. Art. 303, § 2º Não realizado o aditamento a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo, o processo será extinto sem resolução do mérito. Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: C ■

37. (Cespe/PGE/AM/Procurador/2016) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

CPC/15. Art. 294, parágrafo Único – A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: E ■

6. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

6.1. Do Procedimento Comum

38. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019) A respeito da petição inicial de ação civil, julgue os itens a seguir.

- I. Ainda que, para atender os requisitos da petição inicial, o autor requeira uma diligência excessivamente onerosa, é vedado ao juiz indeferir a inicial sob esse fundamento.
- II. Ao contrário da ausência da indicação dos fundamentos jurídicos do pedido, a falta de indicação dos fatos acarreta o indeferimento de plano da inicial.
- III. Não lhe sendo possível obter o nome do réu, o autor poderá indicar as características físicas do demandado, o que, se viabilizar a citação deste, não será causa de indeferimento da inicial.

- IV. Se a ação tiver por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, o autor deverá, sob pena de inépcia, discriminar na inicial, entre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(I) Embora o Código não fale expressamente sobre o grau de dificuldade das diligências, o examinador entendeu que o juiz pode as indeferir, se excessivamente onerosas, provavelmente a partir de uma interpretação ampliativa do art. 319, §1º: “§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.”.

(II) Tanto a ausência de fundamentos como de fatos leva ao indeferimento, porque a petição será inepta, já que ambos integram a causa de pedir (art. 330, §1º, I:” § 1º Considera-se inepta a petição inicial quando: I – lhe faltar pedido ou causa de pedir”).

(III) Alternativa de acordo com o art. 319, §2º: “§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.”.

(IV) Alternativa de acordo com o art. 330, §2º: “§ 2º Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.”.

Para responder, tem que estudar: lei e teoria/doutrina.

Gabarito: C ■

39. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019) De acordo com o CPC, na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá

- a) à soma dos valores dos pedidos principal e subsidiário.
- b) ao pedido de maior valor, entre o principal e o subsidiário.
- c) à média dos valores dos pedidos principal e subsidiário.
- d) ao valor do pedido principal.

(e) Errada. “A extradição somente será efetivada pelo Brasil, depois de deferida pelo STF, tratando-se de fatos delituosos puníveis com prisão perpétua, se o Estado requerente assumir, formalmente, quanto a ela, perante o Governo brasileiro, o compromisso de comutá-la em pena não superior à duração máxima admitida na lei penal do Brasil (CP, art. 75), eis que os pedidos extradicionais – considerado o que dispõe o art. 5º, XLVII, “b” da Constituição da República, que veda as sanções penais de caráter perpétuo – estão necessariamente sujeitos à autoridade hierárquico-normativa da Lei Fundamental brasileira. (Ext 1201)

Para responder, tem que estudar: lei e jurisprudência.

Gabarito: A

1.4. Direitos Políticos

20. (Cespe – Juiz de direito – TJ – BA/2019) Assinale a opção que indica o instrumento da democracia direta ou participativa que constitui consulta popular ao eleitorado sobre a manutenção ou revogação de um mandato político.

- a) Impeachment
- b) Referendo
- c) Plebiscito
- d) Recall
- e) Moção de desconfiança

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Errada. Impeachment significa o impedimento do Presidente da República, com a consequente perda do mandato, e não se confunde com nenhum instrumento de democracia direta ou participativa.

(b) Errada. Referendo é instrumento da democracia direta ou participativa, mas não se caracteriza por consulta popular sobre manutenção ou revogação de um mandato político. O referendo é uma consulta popular sobre a ratificação, ou não, de um projeto de lei já aprovado pelo parlamento (art. 2º, § 2º, Lei 9.709/98).

(c) Errada. Plebiscito é instrumento da democracia direta ou participativa, mas não se caracteriza por consulta popular sobre manutenção ou revogação de um mandato político. O plebiscito é uma consulta popular prévia sobre um projeto de lei que ainda será elaborado pelo parlamento (art. 2º, § 1º, Lei 9.709/98).

(d) A assertiva está correta, pois a pergunta descreve exatamente o conceito de recall.

(e) Errada. Moção de desconfiança é um instituto próprio do parlamentarismo. Caracteriza-se por uma proposta apresentada pela oposição para derrotar ou constringer o governo e o primeiro-ministro.

Para responder, tem que estudar: Doutrina e lei.

Gabarito: D

2. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

2.1. Da Organização Político-Administrativa

21. (Cespe/TJ/BA/Juiz/2012) A respeito da organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) É permitido à União autorizar, por meio de lei complementar, os estados, o DF e os municípios a legislar sobre questões específicas das matérias que são de sua competência legislativa privativa.
- b) A eleição do prefeito e do vice-prefeito realiza-se no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato daqueles que estão em exercício nesses cargos, devendo haver segundo turno, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, no caso de nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação.
- c) Embora Brasília seja a sede político-administrativa dos poderes da República e das representações estrangeiras, a CF de ine que a capital da República Federativa do Brasil é, formalmente, o DF.
- d) Os estados podem, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, com o fim de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Dessas formas de organização administrativa, apenas as regiões metropolitanas, constituídas de um conjunto de municípios que se unem em torno de um município-polo, dispõem de personalidade jurídica.
- e) A CF, ao contrário do que dispõe acerca da divisão territorial dos estados-membros, veda a divisão de territórios e do DF em municípios.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Errada. “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...). Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”

(b) Certa. “Art. 29, II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

(c) Errada. “Art. 18, § 1º Brasília é a Capital Federal.”

(d) Errada. “Art. 25, § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por

DIREITO ELEITORAL

1. CÓDIGO ELEITORAL (LEI 4.737/65)

1.1. Dos Órgãos da Justiça Eleitoral

-
- 1. (Cespe/TJ/BA/Juiz/2012)** Acerca da estrutura e composição da justiça eleitoral, assinale a opção correta com base no que dispõem a CF e a legislação específica.
- a) É legítima a indicação de vereador para ministro do TSE na vaga reservada à categoria, desde que, além de deter reputação ilibada e notório saber, esse vereador não seja filiado a partido político.
 - b) O ministro-corregedor do TSE deve ser sempre oriundo do STJ.
 - c) Não há impedimento legal à indicação para o cargo de ministro do TSE de servidor comissionado que atue como assessor de ministro do STF, desde que o servidor seja advogado com notório saber e reputação ilibada.
 - d) É vedada a acumulação do cargo de ministro do TSE com o de ministro do STF, em razão do princípio da especialização.
 - e) Um dos integrantes do TSE é indicado pelo MPU, em respeito ao princípio do quinto constitucional.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) A alternativa está errada, considerando dois pontos. Primeiramente, porque não existe vaga destinada a vereador e, em segundo lugar, porque as indicações estão previstas no artigo 119, I, da CRFB que não prevê essa possibilidade.

(b) A alternativa está correta, pois a CF/1988, no seu art. 119, parágrafo único, prevê que: “Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do STF, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do STJ.” Quanto às atribuições do corregedor, encontramos a resposta no Código Eleitoral, Lei 4.737/1965, no art. 17, §§ 1º e 2º e Res. TSE 7651/1965.

(d) Errada. Em que pese existam realmente as penas de prestação de serviços a comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, o seu descumprimento NÃO acarreta conversão automática da pena em privativa de liberdade.

(e) Errada. A causa especial de aumento de pena contida no art. 40 da lei de drogas não abarca todos os crimes contidos na mesma, uma vez que o legislador limitou a majorante apenas para os crimes contidos entre os artigos 33 a 37.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: C ■

15.10. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)

136. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019) De acordo com a jurisprudência do STJ acerca da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 –, o delito de descumprimento de medida protetiva de urgência constitui crime

- a) cujo sujeito ativo deve ser sempre um homem.
- b) que não admite a concessão de fiança.
- c) cuja caracterização será afastada se tiver sido prevista a aplicação de multa na decisão que tiver determinado a medida protetiva.
- d) mesmo que a determinação da medida protetiva tenha partido do juízo cível.
- e) cuja caracterização admite a modalidade culposa.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Errado, pois a jurisprudência do STJ admite que a mulher figure como sujeito ativo na lei Maria da Penha: 1. Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei 11.340/2006, é possível a caracterização de violência doméstica e familiar nas relações entre filhas e mãe, desde que os fatos tenham sido praticados em razão da relação de intimidade e afeto existente. 2. Na hipótese dos autos, tanto o magistrado de origem quanto a autoridade apontada como coatora consignaram a existência da relação de vulnerabilidade a que estava sendo submetida a mãe em relação às filhas agressoras, circunstância que justifica a incidência da Lei Maria da Penha. (STJ HC 277561/AL de 2014).

(b) Lei nº 11.340/2006. Art. 24-A, § 2º. Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

(c) Lei nº 11.340/2006. Art. 24-A, § 3º. O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis. Portanto, a aplicação do crime é compatível com outras sanções.

(d) Lei nº 11.340/2006. Art. 24-A, § 1º. A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

(e) A lei não prevê a modalidade culposa para o crime em comento.

Para responder, tem que estudar: lei e jurisprudência.

Gabarito: D

137. (Cespe/TJ/DFT/Juiz/2014) Matias, ao chegar a casa depois de um dia de trabalho, irritou-se com sua esposa, Cleusa, porque o jantar não estava pronto, tendo chegado às vias de fato contra ela. Indignada, Cleusa chamou a polícia, que prendeu seu marido em flagrante. Os autos foram distribuídos ao MP, que ofereceu denúncia contra Matias perante o juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo o parquet requerido a designação de audiência para a oferta de suspensão condicional do processo. Contudo, antes mesmo do oferecimento da exordial acusatória, perante a autoridade policial, a vítima manifestou desinteresse no prosseguimento da ação penal contra o marido e renunciou à representação que ofertara. Acerca da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- a) O juiz deverá receber a denúncia, determinar a citação do acusado e, após o oferecimento de resposta, designar audiência de instrução e julgamento, indeferindo o pleito ministerial de agendamento de audiência para a oferta de suspensão condicional do processo, benefício inaplicável ao caso.
- b) O juiz deverá receber a denúncia, determinar a citação do acusado e designar audiência para o oferecimento do benefício de suspensão condicional do processo.
- c) Dada a renúncia à representação antes ofertada pela vítima, o juiz deverá rejeitar a denúncia por ausência de condição de procedibilidade.
- d) Antes de receber a denúncia, o juiz deverá designar audiência específica, com o objetivo de colher a manifestação da vítima a respeito da renúncia à representação, intimando-se o MP a respeito.
- e) O juiz deverá receber a denúncia e designar audiência específica, com o escopo de colher a manifestação da vítima a respeito da renúncia à representação, intimando-se o MP a respeito.

(a) Certa. Nesse sentido súmula 536 do STJ: “a suspensão condicional do processo não se aplica ao rito da lei Maria da Penha”. No mesmo sentido art. 41 da Lei 11.340/06.

(b) Errada. Não há que se falar na incidência do benefício da suspensão condicional do processo em sede de lei Maria da Penha (súmula 536 do STJ).

(c) Errada. Dada a renúncia à representação da vítima (que ocorre sempre antes do recebimento da denúncia – art. 16 da Lei 11.340/06), o MP simplesmente NÃO poderá mais ofertar a inicial acusatória, uma vez que se trata de crime de ameaça (regido por representação). Logo, não há que se falar em rejeição da denúncia, não se pode rejeitar algo que nem mesmo pode ser ofertado.

(d) Errada. Embora o juiz realmente deva designar audiência específica, antes do recebimento da denúncia, com o objetivo de colher a manifestação da vítima sobre eventual renúncia ao direito de representação, NÃO há que se falar em intimação do MP, uma vez que basta em tal hipótese sua prévia oitiva (art. 16 da Lei 11.340/06).

(e) Errada. Eventual manifestação da vítima a respeito da renúncia ao direito de representação somente poderá ocorrer ANTES do recebimento da denúncia, perante o juiz, em audiência especialmente designada (art. 16 da lei Maria da Penha).

Para responder, tem que estudar: lei e súmula/OJ.

Gabarito: A

138. (Cespe/TJ/PB/Juiz/2015) Com relação ao instituto da suspensão condicional do processo, previsto na Lei n. 9.099/1995, assinale a opção correta.

- De acordo com o STF, no caso de réu que tenha condenação anterior transitada em julgado, é possível a propositura da suspensão condicional do processo se já houver transcorrido mais de cinco anos entre a extinção da punibilidade pelo delito da condenação e a prática do novo fato criminoso.
- Presentes os demais requisitos para a concessão do sursis processual, o MP poderá propor, ao oferecer a denúncia, a referida suspensão, ainda que o acusado esteja sendo processado por outro crime.
- Se, durante o período de suspensão do processo, o acusado for processado por outro crime ou contravenção penal, o benefício poderá ser revogado por meio de decisão fundamentada do juízo.
- A aceitação da suspensão condicional do processo levará à interrupção do prazo prescricional.
- Dado que, conforme a jurisprudência do STJ, o sursis processual é um direito subjetivo do réu, na ação penal privada, a lei obriga o querelante a formular proposta de suspensão condicional do processo.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Certa. O fato de o réu ter condenação anterior transitada em julgado não impede a suspensão condicional do processo após o lapso temporal de cinco anos (entre a extinção da punibilidade lastreada no cumprimento da pena e o novo crime praticado). Isso porque o examinador aludiu ao benefício da suspensão condicional do processo e não a transação penal (art. 76, 2º da Lei 9.099/95), não obstante entende o STF ser aplicável ao caso o art. 64, I do CP (por analogia) em relação à suspensão condicional do processo, em que pese o mesmo verse somente sobre a suspensão condicional da pena e sobre o livramento condicional. Nesse sentido HC 86646. SP – STF.

(b) Errada. O fato de estar sendo processado por outro crime faz com que o acusado perca o direito ao benefício (suspensão condicional do processo). Logo, não pode o MP propor o benefício.

(c) Errada. Se, durante o período de suspensão do processo, o acusado for processado por outro crime o benefício terá que ser revogado. Mas de outro lado, caso venha a ser processado por uma contravenção penal, essa mesma revogação torna-se agora

reconhecida coação ilegal à liberdade de locomoção do acusado em razão de eventual excesso, permitindo-se ao Juízo, em hipóteses excepcionais, como in casu, a ultrapassagem desses marcos, o que decorre da aplicação do princípio da razoabilidade (STJ, HC 188.758).

(c) Pacificada a possibilidade de o relator decidir monocriticamente o mérito do recurso, amparado em súmula ou jurisprudência dominante deste Tribunal Superior ou do STF (STJ, AgRg no REsp 1.154.821).

(d) É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de ser absolutamente nula, “por cerceamento de defesa, a realização de sessão em que se delibera acerca do recebimento ou rejeição da denúncia, nos casos de ação penal originária, sem a prévia intimação regular do acusado e de seu defensor (STJ, HC 110.311).

(e) Há muito a jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a utilização da ação mandamental de habeas corpus para afastar constrangimento ilegal de ordem processual suportado pelo réu no curso da ação penal, desde que presente a possibilidade de lesão à liberdade de locomoção do indivíduo (STJ, AgRg no REsp 160.696).

Para responder, tem que estudar: jurisprudência e teoria/doutrina.

Gabarito: D

15.6. Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95)

138. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019) Tendo como referência a Lei n.º 9.099/1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais –, assinale a opção correta, acerca da suspensão condicional do processo.

- A existência de ações penais em curso contra o denunciado não impede a concessão da suspensão condicional do processo.
- A causa de aumento de pena decorrente de crime continuado será considerada para fins de concessão da suspensão condicional do processo.
- Presentes os pressupostos legais para a suspensão condicional do processo, havendo recusa do promotor natural em propor o benefício, este poderá ser oferecido pelo juiz, de ofício.
- Para a suspensão condicional do processo, além das condições legalmente obrigatórias, o juiz não poderá fixar quaisquer outras condições, pois todas estas serão consideradas ilegítimas.
- Em caso de procedência parcial da pretensão punitiva, será cabível a aplicação da suspensão condicional do processo, cuja proposta será apresentada pelo MP.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Lei n.º 9.099/1995. Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao

oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

(b) STF. Súmula 723: “Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.”

(c) STF. Súmula 696: “Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.”

(d) Lei nº 9.099/1995. Art. 89, § 2º. O juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

(e) STJ. Súmula 337: “É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.”

Para responder, tem que estudar: lei e súmula/OJ.

Gabarito: E

139. (Cespe/TJ/PR/Juiz/2017) Acerca da transação penal no juizado especial, assinale a opção correta.

- a) O descumprimento de transação penal homologada não impede a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- b) Haverá óbice à proposta de transação de pena restritiva de direitos quando o tipo em abstrato só comportar pena de multa.
- c) A proposta de transação penal pelo MP exige o comparecimento da vítima à audiência preliminar.
- d) A proposta de transação penal por carta precatória fere o princípio da oralidade.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) FONAJE. Enunciado 44: “No caso de transação penal homologada e não cumprida, o decurso do prazo prescricional provoca a declaração de extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva”.

(b) FONAJE. Enunciado 20: “A proposta de transação de pena restritiva de direitos é cabível, mesmo quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa”.

(c) FONAJE. Enunciado 2: “O Ministério Público, oferecida a representação em Juízo, poderá propor diretamente a transação penal, independentemente do comparecimento da vítima à audiência preliminar”.

remoção de servidor para acompanhar cônjuge transferido a pedido, quando não há interesse público em removê-lo.

- d) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Errada. Conforme decidido na ADI 3795, o STF entendeu que a contratação de estagiários deve obedecer a critérios equiparáveis ao ingresso de agentes públicos no seio da Administração Pública.

(b) Errada. “A circunstância de inexistir previsão específica para a interposição de recurso hierárquico em favor do sujeito passivo não afasta o poder-dever da administração de examinar a validade do ato administrativo que implica a constituição do crédito tributário, ainda que não provocada, respeitadas a forma e as balizas impostas pelo sistema jurídico”, trecho extraído do RE 462.136.

(c) Certa. Vide julgamento do STA 407.

(d) Errada. Súmula 636 do STF.

Para responder, tem que estudar: jurisprudência, súmula/OJ e teoria/doutrina.

Gabarito: C

36. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – CE/2018) Relativamente às entidades da administração pública indireta, assinale a opção correta.

- a) Autarquias e fundações públicas podem receber, por meio de lei específica, a qualificação de agência executiva, para garantir o exercício de suas atividades com maior eficiência e operacionalidade.
- b) São traços distintivos do regime jurídico especial das agências reguladoras: a investidura especial de seus dirigentes; o mandato por prazo determinado; e o período de quarentena após o término do mandato diretivo.
- c) A instituição de fundação pública de direito público, diferentemente das autarquias, cuja criação se dá por meio de edição de lei, exige, além de previsão legal, a inscrição de seu ato constitutivo junto ao registro civil das pessoas jurídicas.
- d) Embora seja reconhecida a natureza autárquica dos conselhos de classe, em razão da natureza privada dos recursos que lhes são destinados, essas entidades não se submetem ao controle externo exercido pelo TCU.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, ressalvando-se, em relação às empresas públicas, a obrigatoriedade de que o capital social seja exclusivamente público.

-
- 59. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – CE/2018)** Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa
- pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.
 - exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.
 - pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.
 - admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
 - deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a) Incorreto. A ação de improbidade administrativa só pode ser proposta quando já praticado o ato ímprobo.

(b) Incorreto. Exige-se a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo. Ademais, não é necessário que haja punição do particular para que o agente público seja responsabilizado (STJ. 2ª Turma. REsp 896.044/PA, rel. Min. Herman Benjamin, j. 16.09.2010).

(c) Incorreto. Art. 17, §1º, da Lei n. 8.429/92.

(d) Correto.

(e) Incorreto. Segundo o entendimento do STF, não há prerrogativa de foro nas ações de improbidade administrativa (STF. Plenário. Pet. 3.240 AgR/DF, rel. Min. Teori Zavascki, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, j. 10.05.2018).

Para responder, tem que estudar: lei e jurisprudência.

Gabarito: D

.....

60. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – CE/2018) O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

- Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.

- c) A modalidade de licitação própria das concessões de serviço público é a concorrência, que deve ser obrigatoriamente observada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios.
- d) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente, de forma gratuita, todos os bens reversíveis utilizados pelo concessionário para a execução do serviço.
- e) A União pode desapropriar bens dos estados, do DF e dos municípios, tendo os estados e os municípios, por sua vez, o poder de desapropriar bens entre si, mas não bens da União.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

- (a) Errada. Art. 21, X da CF.
- (b) Errada. Tais serviços são considerados “uti singuli”.
- (c) Certa. Art. 2º, incisos II e III da Lei 8.987/95.

(d) Errada. De acordo com o art. 35, § 1º da Lei 8.987/95, extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

- (e) Errada. Art. 2º do Decreto-Lei 3.365/1941.

Para responder, tem que estudar: lei e teoria/doutrina.

Gabarito: C

87. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019) Um município deseja realizar obra de construção de uma ponte. Embora pequena, a obra é complexa, sem especificação usual, dada a peculiaridade do terreno, e está orçada em cerca de R\$ 1,6 milhão. Nessa situação hipotética, o gestor poderá escolher, para a contratação, a licitação na modalidade

- a) convite.
- b) concorrência.
- c) pregão.
- d) leilão.
- e) concurso.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

(a); (b); (c); (d); (e); Os valores do art. 23 da lei 8.666/93 foram atualizados pelo Decreto n.º 9.412/2018. No caso, seria possível a utilização da modalidade de tomada de preço (alternativa inexistente), restando ao candidato assinalar a alternativa de concorrência.

Para responder, tem que estudar: lei.

Gabarito: B

DIREITO AMBIENTAL

1. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/12)

.....

- 1. (Cespe – Juiz de Direito – TJ – BA/2019)** Em 2006, um imóvel rural localizado no bioma caatinga e fora da Amazônia Legal foi completamente desmatado por seu proprietário, que, em decorrência disso, foi autuado, no mesmo ano, pelo órgão ambiental federal competente e penalizado com multa. Nessa situação hipotética, para eximir-se do pagamento da multa, basta ao proprietário
- a) aderir ao Programa de Regularização Ambiental e assinar termo de compromisso de reparação integral do dano.
 - b) inscrever o imóvel no Cadastro Ambiental Rural, aderir ao Programa de Regularização Ambiental e adquirir cotas de reserva ambiental para reparar 80% do dano.
 - c) inscrever o imóvel no Cadastro Ambiental Rural, aderir ao Programa de Regularização Ambiental, assinar termo de compromisso e reparar 50% do dano.
 - d) inscrever o imóvel no Cadastro Ambiental Rural, aderir ao Programa de Regularização Ambiental, assinar termo de compromisso e reparar integralmente o dano.
 - e) inscrever o imóvel no Cadastro Ambiental Rural, adquirir cotas de reserva ambiental e se comprometer a recuperar 50% da área degradada.

ANOTAÇÕES/COMENTÁRIOS

.....

(a) Errada. A assertiva desconsidera a obrigatoriedade de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 12.651/2012. Quanto ao ponto, vide comentários à alternativa D.

(b) Errada. Embora a inscrição no Cadastro Ambiental Rural e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental sejam efetivamente necessárias, a alternativa traz limite à reparação que não é previsto antecipadamente na legislação. Em tempo, destaca-se que a Cota de Reserva Ambiental é um título nominativo a que fazem jus aqueles que

realizam a proteção da vegetação nativa, seja através de uma reserva legal acima do limite mínimo previsto em lei, através de uma servidão ambiental, mediante Reserva Particular do Patrimônio Natural ou através da existência de uma propriedade rural no interior de uma Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada.

(c) Errada. Embora a inscrição no Cadastro Ambiental Rural, a adesão ao Programa de Regularização Ambiental e a assinatura de termo de compromisso sejam efetivamente necessárias, a alternativa traz limite à reparação não previsto na legislação.

(d) Certa. O Código Florestal trouxe como inovação alguns programas ambientais, sendo o principal deles o Programa de Regularização Ambiental, previsto em seu art. 59. Tais programas se destinam a oportunizar a adoção de providências por parte de proprietários que estejam em uma situação consolidada irregular em áreas de preservação permanente e em reserva legal, até o dia 22 de julho de 2008. Esses indivíduos terão que regularizar a Reserva Legal e a APP, tendo sido previsto o prazo para adesão aos programas de regularização ambiental de 1 ano após a publicação do Código Florestal, prorrogável uma vez por igual período. Para tanto, deverá ser assinado termo de compromisso, com repercussões na esfera administrativa e criminal, além da civil. Nesse sentido, o art. 59 da Lei nº 12.651/2012, que, em seu parágrafo segundo, exige a inscrição do imóvel no CAR para adesão ao PRA: "Art. 59. A União, os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação desta Lei, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, implantar Programas de Regularização Ambiental – PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo. § 1º Na regulamentação dos PRAs, a União estabelecerá, em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação desta Lei, sem prejuízo do prazo definido no caput, normas de caráter geral, incumbindo-se aos Estados e ao Distrito Federal o detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico, em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais, conforme preceitua o art. 24 da Constituição Federal. § 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida até 31 de dezembro de 2019, permitida a prorrogação por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo. (Redação dada pela Medida provisória nº 867, de 2018) § 3º Com base no requerimento de adesão ao PRA, o órgão competente integrante do Sisnama convocará o proprietário ou possuidor para assinar o termo de compromisso, que constituirá título executivo extrajudicial. § 4º No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. § 5º A partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações mencionadas no § 4º deste artigo e, cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para a regularização ambiental das exigências desta Lei, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas neste artigo serão